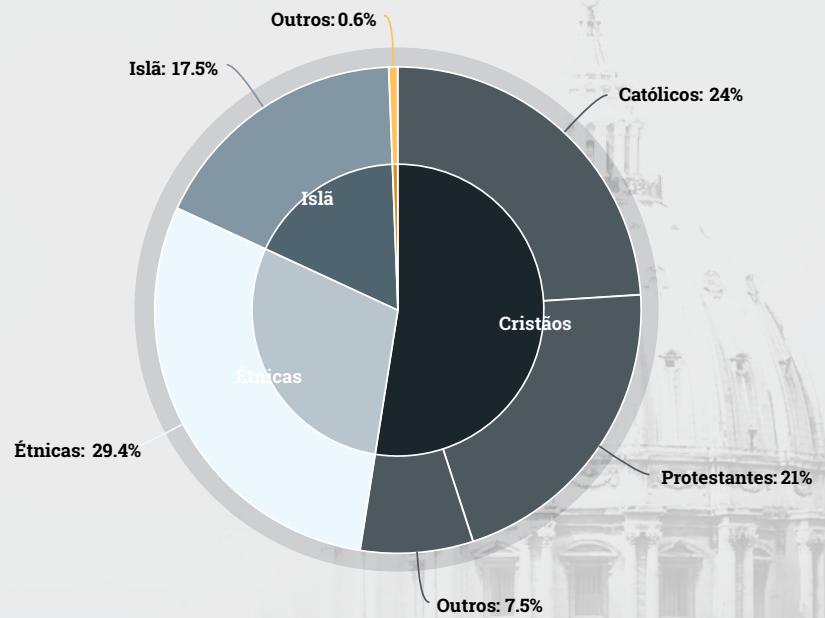


Moçambique



Em Moçambique, os cristãos constituem a maioria no sul e nas cidades, enquanto os muçulmanos, a maior parte dos quais sunitas, encontram-se sobretudo no norte e ao longo da costa. Há também inúmeros seguidores das crenças africanas tradicionais, acima de tudo nas zonas rurais. A religião de Moçambique é não só excepcionalmente diversificada, como também muito dinâmica e, como consequência, o país tornou-se uma atração para os grupos missionários evangélicos, incluindo a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).^[1] A IURD tem origem no Brasil, onde a principal língua é o português, tal como em Moçambique. Esta é outra razão pela qual estes movimentos brasileiros escolheram o país para o seu trabalho missionário. No caso dos muçulmanos de Moçambique, os jovens pregadores islâmicos estudam no estrangeiro, em países como o Egito, o Kuwait, a Arábia Saudita e a África do Sul. Muitos regressam, tendo adotado uma interpretação restrita do Islamismo.^[2] Existe a preocupação de que Moçambique possa ser afetado pelas ideologias islâmicas intolerantes vistas em outros países, como é o exemplo do Quênia.

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição e as leis de Moçambique garantem a liberdade religiosa.^[3] O artigo 54º afirma: "Todos os cidadãos terão liberdade para praticar ou não uma religião. As denominações religiosas têm direito a prosseguir os seus fins religiosos livremente e a serem donos de bens ou a adquiri-los para realizarem os seus objetivos." Estes princípios têm sido amplamente respeitados pelos governos no poder desde o fim da guerra civil em 1990, apesar de algumas restrições. Antes de 1990, no Estado marxista-leninista de Moçambique, a prática livre da religião foi, na melhor das hipóteses, tolerada.

O papel construtivo desempenhado pelas Igrejas, e em especial pela Igreja Católica, durante o processo de paz entre o atual partido no poder, Frelimo, e o antigo grupo armado na oposição, Renamo, fortaleceu a posição da religião em Moçambique. Em julho de 2013, o então Arcebispo Emérito D. Jaime Gonçalves, uma figura principal nas conversações de paz, lamentou o fato dos antigos combatentes da Renamo ainda não terem sido integrados nas forças policiais, tal como tinha sido previsto nos acordos de paz de Roma. Além disso, o antigo partido Frelimo comunista e agora

[1] Arquivo Munzinger 2016

[2] Ibidem.

[3] Artigo 54, Constituição de Moçambique 2004 (https://www.constituteproject.org/constitution/Mozambique_2007.pdf?lang=en).

social-democrata, que está no poder desde a independência em 1975, está lentamente perdendo o apoio entre o próprio povo Moçambicano. Por isso, nas eleições presidenciais de 2014, o candidato da Frelimo, Filipe Nyusi, alcançou um resultado consideravelmente pior do que nas eleições anteriores.

INCIDENTES

Apesar deste fato, a Frelimo ainda reivindicou a vitória nas eleições, enquanto a Renamo acusou de fraude. As organizações cristãs queixaram-se que os políticos estavam tentando explorar as ocasiões religiosas para se promoverem na corrida para as eleições de 2014.^[4]

Em 2015, o conflito intensificou-se. Em 19 de janeiro de 2015, o novo Governo da Frelimo do presidente Nyusi assumiu o cargo numa altura de grande tensão. O assassinato em março de 2015 do advogado constitucionalista Gilles Cistac, francês de nascimento e próximo da Renamo, não fez nada para aliviar as tensões. No final de abril de 2015, o Parlamento rejeitou a proposta da Renamo de estabelecer províncias autônomas. A intenção da Renamo era estabelecer governos regionais autônomos nas seis regiões onde tinham ganho uma maioria nas eleições, contra a vontade do Governo central e, se necessário, pela força.

Os bispos católicos de Moçambique expressaram a sua preocupação com a “deterioração contínua” da situação política e militar no país, e apelaram a que o Governo e a Renamo deixassem as armas.^[5] No seu apelo, os bispos também exortaram ao “retomar do diálogo entre as partes em conflito” e ao envolvimento da sociedade civil nas negociações. Os bispos lamentaram “a incoerência entre o que é dito e o que é feito” e apelaram a gestos de paz e reconciliação. A realidade é que em outubro e novembro de 2015 houve inúmeros distúrbios e a polícia confiscou armas da Renamo em Morrumbala.^[6]

Durante muito tempo, a Igreja Católica trabalhou pela paz e reconciliação em Moçambique, mas ao mesmo tempo continuou falando abertamente sobre os abusos. Os líderes religiosos criticaram frequentemente a corrupção, os monopólios de poder injustos e as tendências separatistas. Numa mensagem publicada em 6 de março de 2015, os bispos avisaram: “A unidade nacional está sendo ameaçada por egoísmos e divisões políticas.”^[7] A declaração continuava: “A consolidação da unidade nacional, que é um bem precioso para todos, uma riqueza de que não podemos desistir, nunca pode ser considerada como o monopólio exclusivo de alguns

grupos fechados em si próprios e obcecados com a ganância pelo poder político e econômico.” Um número cada vez maior de pessoas estão sendo excluídas do processo de tomada de decisão e, como consequência, “o atual Governo parece ser cada vez menos capaz de alcançar os principais objetivos sancionados no artigo 11º da Constituição”, afirmaram os bispos. “De fato”, continua o documento, “estamos testemunhando a flagrante injustiça dos pobres esmagados por uma minoria que enriqueceu de forma desonesta, que vive no luxo”.

Durante a visita *ad limina* dos bispos a Roma em 9 de maio de 2015, o Papa Francisco referiu os problemas internos que têm estado constantemente criando separações em Moçambique. A Igreja deve estar presente como “uma unidade”, disse-lhes o Papa, e contribuir para a resolução de conflitos. O Papa pediu também aos bispos que fortalecessem o trabalho pastoral nas escolas e o trabalho em conjunto com o Governo para apoiar as famílias.

Apesar destes problemas, não houve relatos de qualquer infracção grave à liberdade religiosa durante o período em questão.^[8]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Além das tensões políticas e da necessidade de lidar com a pobreza, há outros desafios sociais a serem ultrapassados. Moçambique está cada vez mais a tornar-se num território de passagem para os que fogem de conflitos no Chifre da África e se encaminham para a África do Sul.

[4] Departamento de Estado Norte-Americano, International Religious Freedom Report for 2014

[5] http://www.fides.org/de/news/37156-AFRIKA_MOSAMBIK_Bischoefe_aeußern_sich_be-sorgt_und_for dern_Dialog_zwischen_Kontiktparteien#.VoGeQV5zAo0 (acedido em Abril de 2016).

[6] *Ibidem*.

[7] http://www.fides.org/de/news/35738-AFRIKA_MOSAMBIK_Bischoefe_Korruption_gefaehr-det_die_Einheit_des_Landes#.VoGjM15zAo0

[8] Departamento de Estado Norte-Americano, International Religious Freedom Report for 2014